

**“A gente combinamos de  
escre(viver)”:  
analísadores-escrevientes com  
estudantes de uma escola pública de  
Fortaleza/CE**

“We agreed to write (live)”: Survivor-analysts with students from a public school in Fortaleza/CE

“Acordamos escribir (en directo)”:  
Analistas-escretores con alumnos de una escuela pública de Fortaleza/CE

**Mayara Ruth Nishiyama Soares<sup>1</sup>**

 [0000-0002-2668-8822](https://orcid.org/0000-0002-2668-8822)

**Luciana Lobo Miranda<sup>2</sup>**

 [0000-0002-7838-8098](https://orcid.org/0000-0002-7838-8098)

**João Paulo Pereira Barros<sup>3</sup>**

 [0000-0001-7680-576X](https://orcid.org/0000-0001-7680-576X)

**Resumo:** O artigo tem como objetivo abordar as contribuições da Escrivência de Conceição Evaristo para uma pesquisa-intervenção sobre gênero COM estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza/CE. Discutimos analisadores agenciados pela escrivência, como: Resgate da fala, Denúncia, Desobediência epistêmica, Escrita de nós e Registro. Dessa forma, a analisou-se como a escrivência viabilizou uma forma possível de as juventudes contarem suas histórias em contraposição à colonialidade.

**Palavras-chave:** Escrivência. Gênero. Feminismo Negro. Escola Pública. Pesquisa-intervenção.

**Abstract:** The article aims to discuss the contributions of Conceição Evaristo's Escrivência to a research-intervention on gender WITH students from a public school on the outskirts of Fortaleza, Ceará. We discuss analyzers triggered by escrivência, such as: Rescue of speech, Denunciation, Epistemic disobedience, Writing of us and Registration. In this way, escrivência provided a possible way for young people to tell their stories in opposition to coloniality.

**Keywords:** Writing. Gender. Black Feminism. Public school. Research-intervention.

**Resumen:** El artículo pretende abordar las contribuciones de la Escrivência de Conceição Evaristo a una investigación-intervención sobre género CON alumnos de una escuela pública de la periferia de Fortaleza, Ceará. Discutimos analizadores desencadenados por la escrivência, tales como: Rescate de la palabra, Denuncia, Desobediencia epistémica, Escritura del nosotros y Registro. De esta forma, la escrivência proporcionó una vía posible para que los jóvenes contaran sus historias en oposición a la colonialidad.

**Palabras-clave:** Escritura. Género. Feminismo negro. Escuelas públicas. Investigación-intervención.

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, com bolsa financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. *Lattes:* [5560646159601495](https://lattes.cnpq.br/5560646159601495) - *E-mail:* [mayaramishiyama@gmail.com](mailto:mayaramishiyama@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio. Docente vinculada à Universidade Federal do Ceará - UFC. *Lattes:* [4519037978963137](https://lattes.cnpq.br/4519037978963137) - *E-mail:* [lobo.lu@uol.com.br](mailto:lobo.lu@uol.com.br).

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Docente vinculado à Universidade Federal do Ceará - UFC. *Lattes:* [0351156693555523](https://lattes.cnpq.br/0351156693555523) - *E-mail:* [joaopaulobarros07@gmail.com](mailto:joaopaulobarros07@gmail.com).



## Introdução

Do que ouvi, colhi essas histórias. Assim caminho por entre vozes... De muitas histórias já sei pois vieram das entranhas do meu povo. O que está guardado na minha gente, em mim dorme em um leve sono. E basta apenas um breve estalar de dedos, para as incontidas águas da memória jorrarem os dias de ontem sobre os dias de hoje... Escrevo o que a vida me fala, o que capto de muitas vivências. Escrevivências. Cuidado tenho. Sei que a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito (Evaristo, 2016, p. 17).

O artigo em questão é um aprofundamento da pesquisa de mestrado intitulada *A gente combinamos de escre(viver): Pesquisando gênero com estudantes numa escola pública do Grande Bom Jardim*, ligada ao Projeto *Artes Insurgentes: Coletivizando resistências no Grande Bom Jardim* e ao Projeto de extensão *É da nossa escola que falamos*, a qual compõe a pesquisa guarda-chuva *Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza*. Nosso problema de pesquisa tem discutido acerca do modo como a escrevivência pode inventar uma pesquisaCOM sobre gênero em uma escola pública de periferia. Desse modo, este artigo tem como objetivo abordar as contribuições da *Escrevivência* de Conceição Evaristo para uma pesquisa-inter(in)venção sobre gênero COM estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza/CE. Trata-se então de, através de uma discussão ético-metodológica da pesquisa em questão, articular o *éthos* da Pesquisa-Inter(in)venção e do pesquisarCOM (Moraes, 2014) à escrevivência criada por Evaristo, dando ênfase ao feminismo negro como forma de decolonização da pesquisa.

A literata Conceição Evaristo – mulher negra, periférica, proveniente de uma família de mulheres de classe baixa e afrodescendentes – cunhou o termo *Escrevivência*, cuja primeira menção se dá na dissertação de mestrado da autora em 1995, embora tenha já sido operado por ela desde seus primeiros escritos (Duarte & Nunes, 2020). O termo criado pela escritora mineira é a junção das palavras “escrever” e “viver” e tem “[...] em sua concepção inicial o ato de escrita de mulheres negras como uma ação que pretende subverter, desfazer uma imagem do passado, em que as vozes de mulheres negras escravizadas tinham sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas” (Evaristo, 2020, p. 12). É, assim, uma palavra forjada a partir da memória da experiência da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada na casa grande, que ia aos quartos das crianças para contar histórias, cantar e ninar os futuros senhores e senhoras (Evaristo, 2017).



Nos escritos de Evaristo, narra-se sobre a vida de personagens que compartilham com ela raça, gênero e memórias advindas das periferias, são histórias que se (con)fundem com a dela e com os/as que compartilham também de algum modo essas vivências. Desse modo, a escrevivência é um conceito com base no qual a experiência de mulher negra passa a ser inserida como sujeito e protagonista na história, podendo abarcar os mais diversos gêneros literários, a exemplo do romance, do conto, da poesia e da autobiografia. Nas escrevivências, tem-se não só um tanto de jugo, sofrimento, como também de encantamentos, alegrias, revolução, e mais que isso: Conceição Evaristo convida o outro que a lê a experimentar o exercício da escrita, entendendo que existe também uma função, uma dor, uma necessidade e uma esperança no processo de escrever (Evaristo, 2005).

A escrevivência é uma ferramenta de luta nascida das mulheres negras, e não foi o intuito desta pesquisa apropriar-se dela, mas, sim, utilizá-la como inspiração política e ideológica comprometida com as resistências. Vale situar que este uso está relacionado também ao fato de a própria pesquisa ter sido feita por um grupo de pesquisadoras/es que se autoidentificam como pessoas negras, tanto da universidade, quanto das juventudes das escolas. Desse modo, o uso da escrevivência emerge por sua coerência teórico-epistêmica, de valorização de conhecimentos gestados no feminismo negro, e metodológica, de produção de políticas e modos de pesquisa alinhados a esse giro epistêmico voltado a referências negras. Nesse sentido, a escrevivência, como ferramenta para investigações teórico-metodológicas, tem se fortalecido principalmente por discussões de pesquisadoras/pesquisadores da literatura afro-brasileira. A discussão sobre seus sentidos ganha maior visibilidade na academia a partir do momento em que passa a ser utilizada em artigos, dissertações e teses no campo das ciências humanas e sociais sobre temáticas ligadas às relações raciais e lutas contra o racismo. Na Psicologia, a escrevivência tem sido utilizada principalmente no contexto da Psicologia Social, figurando ainda em poucos artigos que tenham uma abordagem clínica. No âmbito acadêmico, a escrevivência surge a partir de duas perspectivas, a primeira como método de investigação e produção de conhecimento por meio do qual são analisados os escritos que envolvem o uso dessa ferramenta; a segunda como recurso metodológico de escrita a partir do que são acionadas novas formas de tecer a própria construção do texto acadêmico, seja artigo, seja dissertação, seja tese, tendo inspiração na escrevivência (Soares & Machado, 2017; Gomes Filho, Nunes & Lavor Filho, 2021). Esta pesquisa foi forjada



apostando em ambas: como método de investigação, pois foram analisados os diários-escrevíveis, enquanto ferramenta de registro de pesquisa e da vida; como recurso metodológico de escrita, pois, ao ser construído, este texto foi perpassado por uma escrevivência da pesquisa. Desse modo, é importante destacar que o encontro entre escrevivência e universidade é atravessado por limites e possibilidades, com um exercício de atenção para não ser extrativista de uma ferramenta ancestral de luta e de resistência. Há linhas, palavras, frases, letras, espaços, tempos, acontecimentos, narrativas que a academia nunca acessará, pois a escrevivência não foi feita na/da/para a universidade. É inspiração que exige cuidado, atenção e reverência. Em vista disso, esta pesquisa não foi voltada para a produção, para a mercantilização, mas para a coletivização e problematização crítica das experiências de gênero no cotidiano escolar.

O termo gênero vem do Latim *genus*, que significa “espécie”, “classe”, “tipo”, e habitualmente é desenvolvido como uma categoria para explorar o que significa ser “mulher”. As lutas feministas, principalmente da 1ª e 2ª onda, ainda desenvolviam uma discussão crítica permeada por posições binárias como: gênero/sexo; homens/mulheres, sujeito/outro. E os corpos que não cabem neste signo? O feminismo negro e a teoria *queer* contribuem para uma virada de chave que passa a não reproduzir esta lógica binária. Aqui se trabalha com gênero a partir de corpos femininos, feminilizados, afeminados, bichas, trans e travestis (Haraway, 2004)<sup>4</sup>.

Louro (2013) destaca o dispositivo de gênero como a inscrição binária de feminino e masculino, em outros termos, a forma como Lugones (2008) inaugura o “sistema

<sup>4</sup> O movimento feminista possui quatro ondas, as quais refletem um contexto histórico e espelham as principais pautas que o movimento reivindicava. A primeira grande onda é identificada como um movimento em massa de mulheres que irromperam na cena pública, no final do século XIX e início do século XX, e tinha como principal pauta a busca das mulheres pelos direitos para alcançar igualdade com os homens, acreditando que iriam atingir essa finalidade por meio da educação e de uma relação mais simétrica dentro do casamento. A segunda grande onda feminista ocorre em 1960 e vai até 1980, nela, embora direitos tenham sido conquistados na maior parte dos países, as mulheres eram iguais aos homens perante a lei apenas no papel, pois, na prática, essas igualdades não ocorriam – nesta onda, começa-se a pensar sobre o que é ser mulher. A terceira grande onda se intensifica no final do século XX, momento em que entram as pautas identitárias e em que o movimento feminista passa a problematizar essa identidade comum de ser mulher, complexificando-a com os marcadores de gênero, classe, sexualidade, entre outros. A quarta grande onda surge a partir dos anos 2010, motivada pelo ativismo virtual ou o chamado ciberativismo, e traz consigo, para além de uma diversidade de feminismos, o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam para fazer manifestações. Diferentemente das organizações tradicionais, esses coletivos são organizações mais fluidas, grupos que se reúnem por meio das redes sociais, a partir do que se engajam para uma determinada ação (Zirbel, 2021; Silva, Carmo & Ramos, 2021; Castro 2020).



moderno-colonial de gênero”. Butler (2018), por seu turno, afirma que o discurso hegemônico de conceitualização de gênero é intrínseco às ficções de coerência heterossexual e ao racismo, que insiste na não redutibilidade e na relação antagônica entre homens e mulheres coerentes. Dessa forma, gênero é entendido como uma repetição estilizada de atos no tempo, a qual é, ao mesmo tempo, uma reatuação e uma reexperimentação de um conjunto de significados socialmente estabelecidos, é, pois, a forma cotidiana e ritualizada de sua legitimação (Butler, 2018). Esse conjunto de atos performativos é produzido e sustentado por significados e relações de poder-saber-ser na sociedade moderna-colonial.

Em face disso, no presente trabalho, procuramos articular a escrevivência como método/*éthos* possível na discussão de gênero, ou seja, é a partir da escrevivência que experimentamos e analisamos gênero. Apostamos no encontro da escrevivência, como escrita afro-brasileira, com o feminismo negro. Sendo assim, entendemos as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, abdicamos da estrutura universal e focamos em outras interseções, como raça, orientação sexual, classe e território. Para isso, utilizamos a noção de interseccionalidade, desenhada por Kimberlé Crenshaw (2002), como uma ferramenta de visibilidade da inseparabilidade das opressões sociais – ou identitárias – na composição das relações de poder-saber-subjetivação na contemporaneidade (Duarte & Nunes, 2020). Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade seria uma conceitualização-problema, a qual “[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Para Akotirene (2019), a interseccionalidade é um marco epistêmico, analítico e ético que visa apresentar a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de cruzadas identitárias, a partir da sobreposição de gênero, raça e classe. Para essa autora, ao analisar-se a realidade brasileira e a forma como são estruturadas as instituições sociais no país, a percepção interseccional é indispensável a uma leitura crítica e completa sobre a realidade social. Desse modo, apostamos nas encruzilhadas teórico-epistemológicas-metodológicas entre o feminismo negro e a decolonialidade. Como dito por Moreira (2016, p. 59), o feminismo negro possibilitou, por meio de suas lutas, “a generificação da raça e a racialização do gênero”, e a interseccionalidade tornou possível a compreensão da lógica dos sistemas de dominação nas suas mais variadas formas e apontamentos. Mais do que isso, o feminismo negro notabilizou a mulher negra enquanto sujeito político autônomo e produtor



de teorias agregadoras aos movimentos sociais. Ancorada nisso, a escre(vivência), em primazia, denuncia a condição feminina e afrodiáspórica. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as dores e delícias de quem conhece uma dupla condição: o ser mulher e o ser negra.

São notórios tanto o campo de tensionamento criado na esfera educacional, sobretudo com a ascensão do neoconservadorismo no Brasil, quanto os seus efeitos na educação escolar sobre as questões de gênero e sexualidade nos últimos anos (Palú & Petry, 2020). Cientes disso, abordaremos agora as mobilizações políticas ocorridas em torno das palavras “gênero” e “sexualidade” nos documentos balizadores e reguladores da educação no Brasil, em específico no Estado do Ceará. A Constituição brasileira de 1988, nos arts. 211 e 214, determina aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a organização dos seus respectivos sistemas de ensino, em sendo cada plano de educação baseado no Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de promover uma articulação do ensino em seus diversos níveis à integração desses poderes públicos (Brasil, 1988). O atual PNE foi instituído pela Lei 13.005/2014, determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de dez anos, ou seja, de 2014 a 2024. Dessa forma, para que estas se concretizem como política de estado integrada e colaborativa, os planos de educação em nível estadual e municipal precisam estar alinhados a ele, tendo o período de 1 ano para finalização de seus planos. No caso do Ceará, foram realizadas sete plenárias regionais e uma estadual, com participação da comunidade escolar, representantes do poder público, da sociedade civil e das organizações não-governamentais (Souza & Menezes, 2017). Em maio de 2016, foi sancionada a Lei nº 16.025, que fixa metas e estratégias para o período de 2016 a 2024 na área da educação, a serem viabilizadas pelo Estado e por seus municípios, em colaboração com a União, guardando conformidade com o PNE e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O processo de tramitação do PEE passou por uma série de disputas e mudanças, o plano original trazia 4 metas e 8 estratégias que atendiam às demandas sobretudo das mulheres e da população LGBTQIAPN+, sendo estes os itens, ainda que os mais discutidos, posteriormente eliminados, graças a parlamentares conservadores e fundamentalistas ligados a grupos religiosos, sobretudo neopentecostais e católicos, que articularam a retirada de todos



os termos que faziam referência a gênero e sexualidade e/ou o rearranjo de tais termos, adaptando-os a uma visão moralista e conservadora.

No mesmo esteio, o art. 3º do Plano Estadual de Educação (PEE) do Ceará é taxativo ao afirmar que “[...] impede, sob quaisquer pretextos, a utilização de ideologia de gênero na educação estadual”. Vale salientar que esta é a única menção a gênero em todo o documento que quando este o menciona o toma como uma ideologia a qual, portanto, deve ser interdita. Dentre tantas recomendações presentes nos demais incisos do mesmo artigo que iniciam com verbos propositivos, tais como promover, valorizar, garantir, priorizar, entre outros, apenas duas diretrizes se iniciam com verbos que constroem, que interdita, a saber: o inciso I, que menciona “erradicação do analfabetismo”; e o XV, citado anteriormente, que impede a “ideologia de gênero”, como se o gênero carregasse em si uma falácia avessa à verdade, esta com certeza de cunho estritamente biológico (Plano Estadual de Educação, 2016). Assim, no Plano Estadual de Educação do Ceará em vigor, gênero é equiparado a analfabetismo e, por isso, deve ser combatido. Para além disso, gênero é apresentado sob a falácia da “ideologia”, entendido como um elemento doutrinador.

Esse aspecto também é abordado desde as eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro, conversador, “pró-vida” e “pró-família”, como ele mesmo se nomeia, teve como carro chefe de sua campanha a veiculação de notícias inverídicas em redes sociais como o *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook* sobre temas como “kit gay” e “ideologia de gênero”, objetivando causar um sentimento de terror social pelo suposto extermínio da “família tradicional brasileira”. Nesse sentido, “[...] o que elegeu Bolsonaro não foram os militares, foi a ideologia”, diz Damares Alves, ex-ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, em entrevista a Renan Barbosa (Gazeta do Povo, 2019). Já eleito, em seu próprio discurso de posse diante do Congresso Nacional, Bolsonaro pronuncia: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando os nossos valores” (UOL, 2019). Esse discurso atravessou os quatro anos de governo Bolsonaro, marcadamente antigênero, com um projeto conservador-bolsonarista para a educação brasileira, o qual foi levado pelo então presidente e candidato para as eleições de 2022 (Miguel, 2021; Maranhão Filho, Coelho & Dias, 2018; Schibelinks, 2020). O uso do termo ideologia de gênero, seja no PEE, seja durante o governo bolsonarista, traz para a cena



enunciativa posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação às expressões de gênero.

Esse contexto macropolítico com os movimentos antigênero na educação, embasados em uma tendência neoconservadora de extermínio e categorização dos corpos que diferem a norma, produz um cenário violento e preocupante que se estratifica a partir de uma base cisheteropatriarcal binarista atravessada por ideologias fascistas, racistas, neoliberais e coloniais que incide micropoliticamente no chão da escola em que esta pesquisa foi realizada. Assim, questões micropolíticas junto às macropolíticas do contexto sociopolítico repercutem nas marcas subjetivas, que, nesse cenário, validam e produzem múltiplas existências no contexto escolar.

Dessa forma, orientamo-nos com base no seguinte questionamento: como a escrevivência faz escrever/falar/ver experiências de gênero no cotidiano de uma escola pública de ensino médio situada na periferia da capital cearense? Tal discussão será feita a partir de pistas acionadas pela escrevivência de Conceição Evaristo, traçadas a partir do trabalho empírico com interpelações feministas e decoloniais. As escrevivências que compuseram esse processo foram feitas de forma coletiva, tal qual o próprio processo de investigação, e constituíram esse emaranhado jovens secundaristas, estudantes universitárias, artistas e coletivos do território e comunidade escolar. Este estudo contribui para o campo de estudos sobre escrevivência e educação, a partir das discussões de gênero, e inaugura metodologias inter(in)ventivas e participativas na construção da pesquisa decolonial com juventudes.

### **Po(éticas) metodológicas**

Este artigo deriva de uma pesquisa de cunho qualitativo orientada pela perspectiva da Pesquisa-inter(in)venção. Essa reescritura vem para marcar o caráter inventivo da pesquisa, tanto por se aliar à prática artística com o seu potencial criativo, quanto à prática micropolítica de invenção de mundos outros (Costa & Barros, 2020; Menezes, Colaço & Adrião, 2018). Segundo Rocha & Aguiar (2003), a pesquisa-inter(in)venção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.





Logo, a pesquisa-inter(in)venção reconhece o lugar do pesquisador como sujeito que intervém na realidade da pesquisa e, portanto, assume um papel de não neutralidade (Miranda *et al.*, 2018; 2020). O fazer pesquisa, para além de uma coleta representacional de dados, se dá na possibilidade de intervir em questões voltadas à justiça social e na discussão das relações de poder, uma forma de possível descolonização do conhecimento, tornando visíveis as consequências de dominação e possibilitando a ressignificação de narrativas das minorias historicamente deslegitimadas enquanto lugar de produção de saber (Soares *et al.*, 2021; Castro & Menezes, 2020).

Inspiradas nas pistas de Moraes (2014), propomos um pesquisarCOM como possibilidade no campo da pesquisa-inter(in)venção, que entende o outro como um sujeito agente da pesquisa e não como objeto passivo de nossas ações, em face do que os desvios da investigação são tomados como analisadores importantes e podem anunciar novas e interessantes versões de mundo. Nessa perspectiva, pesquisar e intervir são inseparáveis, não pretendemos, assim, representar, pois o próprio ato de pesquisa é uma ação de produzir o campo, ou seja, a pesquisa “[...] é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, alargá-las e problematizá-las” (Moraes, 2014, p. 132). Assim, neste estudo, aposta-se não só no acompanhamento das processualidades que acontecem no cotidiano de uma escola, mas também na inter(in)venção destas. Analisar estas linhas foi mergulhar no plano experiencial do cotidiano em que elas são tecidas, atentando-se para as forças que incidem nesse cotidiano, promovendo zonas de inquietações e desestabilizações em territórios cristalizados e investindo em processos de vida.

A pesquisa-inter(in)venção (PI) e o PesquisarCOM podem conversar com a escrevivência e o feminismo negro (Collins, 2019). Para exemplificar isso, temos a tese de doutorado da pesquisadora Jéssica Rodrigues, intitulada *Mães da periferia entre luta e luto: Práticas de resistência e cuidado de mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as no Ceará*. Rodrigues (2022) inspirou-se em referenciais dos estudos feministas, em especial do feminismo negro e decolonial, para pensar as questões de raça, classe e gênero em uma perspectiva anticolonial e interseccional, em conexão com a psicologia. Essa aliança é formada no rompimento com uma tradição de neutralidade no campo das pesquisas, já que a PI afirma um aprender-fazendo em que analisamos nossas pertencas como pesquisadoras/es sem o suposto distanciamento sujeito/objeto (Heckert & Passos, 2009). Além disso, a



escrevivência recusa também a neutralidade em todas as suas formas e armadilhas ao trazer na centralidade de seus escritos as experiências das mulheres negras. À vista disso, segundo Conceição Evaristo (2022), a escrevivência não é a escrita de si, não se esgota no próprio sujeito, pelo contrário, ela carrega a vivência do coletivo, tal qual o PesquisarCOM que também aciona essa partilha da agência da pesquisa. Ela carrega a vivência da coletividade. A conexão com esse modo de fazer foi muito potente na realização desta investigação, bem como nos caminhos pelos quais construímos o ato de pesquisar.

Para criar um espaço legitimado institucionalmente para a escrevivência do grupo de pesquisa no espaço escolar sobre as experiências de gênero vividas em seu cotidiano, utilizamos, como estratégia de produção de dados, a aliança com o Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIBIC-EM), que possibilita uma radicalização do fazer COM a escola, já que as/es/os secundaristas foram copesquisadoras/es do seu cotidiano escolar. O PIBIC-EM é o Programa de Iniciação Científica mais recente do CNPq, criado em 2010 com a finalidade de envolver Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa na criação de projetos de educação científica direcionados a estudantes do Ensino Médio. O objetivo da ação é estimular a permanência dos alunos nas escolas, incentivando o interesse pela ciência e o desenvolvimento de talentos científicos, além de orientar jovens estudantes, os quais recebiam uma bolsa no valor de 300 reais durante 12 meses e não podem ter qualquer vínculo empregatício (CNPq, 2006), na escolha de suas futuras carreiras.

Appadurai (2006) nomeia como direito à pesquisa a capacidade humana de interrogar sobre algo que se quer conhecer, mas ainda não se conhece. No livro com o mesmo nome, ele aborda a necessidade política de reivindicar o acesso e a produção da pesquisa não restrita aos muros acadêmicos. Aqui a pesquisa assume um espaço de potencialização das capacidades democratizantes e decoloniais do conhecimento. O PIBIC-EM aciona um devir-pesquisadora, um coletivo de pesquisadoras/es, uma partilha da agência da pesquisa. Por meio do PIBIC-EM inventamos um modo de pensar/fazer pesquisa em que o sujeito que pesquisa não é um indivíduo, mas um coletivo, é um nós. E é justamente nessa possibilidade que operacionalizamos um PIBIC-EM que se inspira na escrevivência como modo de fazer pesquisa. Isso se relaciona também ao *éthos* do feminismo negro, em que os jovens periféricos falaram sem intermédio de outros, estes escreveram, pois, sobre as relações de gênero não só com seus processos de estigmatização, mas também com as resistências



vivenciadas no chão da escola. Dessa forma, a encruza PIBIC-EM e escrevivência e feminismo negro se dá na possibilidade de decolonização do conhecimento.

A pesquisa foi coletivamente construída em uma escola pública do Grande Bom Jardim (GBJ), região periférica de Fortaleza/CE, caracterizada por disputas e contrastes, dado que, conquanto seja uma região de significativo extermínio das juventudes negras e de intensa violência policial, é também um lugar que possui diversos equipamentos culturais e organizações sociais, como Centro Cultural do Grande Bom Jardim (CCBJ), Centro Cultural do Canindezinho (CCC), Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentado (DLIS), cozinhas comunitárias, bibliotecas comunitárias, e é palco e moradia para diversos artistas e coletivos juvenis. Desse modo, o GBJ tem um histórico de organização e resistência que é exemplo para a cidade. A escolha desse território se justifica também pelas ações que os projetos de extensão envolvidos têm desenvolvido desde 2021, bem como pela parceria prévia com esta escola que, neste caso, já havia nos solicitado intervenções que envolvessem temáticas como gênero.

O processo de investigação se deu em uma Escola de Ensino Médio do GBJ, no limítrofe entre Fortaleza/Ce e Maracanaú/Ce. No ano de 2023, estavam matriculados, nessa instituição de ensino, 1311 estudantes, distribuídos entre 9 turmas de primeira série (1º ano), 9 turmas de segunda série (2º ano) e 8 turmas de terceira série (3º ano). Durante um ano de pesquisa, período em que as/os estudantes foram bolsistas, estes se encontraram semanalmente com estudantes da graduação e pós-graduação do curso de Psicologia para entender o que é pesquisa e construir coletivamente com a universidade uma pesquisa entendendo o que significa pesquisarCOM no cotidiano escolar. Desse modo, os/as participantes da pesquisa, ou melhor, a equipe de copesquisadoras/es foi formada por uma (1) estudante de mestrado, três (3) estudantes da graduação, dois (2) bolsistas PIBIC-EM e dois (2) integrantes de um coletivo da escola, chamado *Female Power*. Os/as participantes tinham idade entre 15 a 24 anos e, em sua maioria, se autodeclaravam negros/as, mulheres cis e pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, ou seja, embora fosse uma equipe de pesquisadoras/es heterogênea, marcada por lugares diferentes, origens diferentes, ocupações diferentes, mas, de alguma forma, todos/as eram jovens atravessados/das pelas estruturas de poder, fosse de gênero, fosse de sexualidade, fosse de raça. Os nomes dos/das



pesquisadoras/es foram substituídos por nomes de personagens da literatura de Conceição Evaristo, a fim de manter o anonimato.

Ana Davenga é personagem que dá título a um conto do livro *Olhos d'água*. No conto Ana, mulher negra, era mulher intensa, envolvente, feliz, símbolo de liberdade, apaixonava-se por Davenga, o mafioso da comunidade. Ana passa a morar em um barraco da favela e passa a usar o sobrenome de seu homem, em obediência assim às regras patriarcais, mas, ao mesmo tempo, em uma ação de autonomia da personagem. Na pesquisa, Ana Davenga é paraibana, universitária, mulher, cis, negra e bissexual. Como no conto, Ana Davenga é liberdade.

Duzu-Querença é também personagem que dá título a um conto do livro *Olhos d'água*. Duzu, ainda jovem, é deixada em uma residência de determinada senhora. Nesse local, Duzu passa a trabalhar como faxineira. Ao longo da narrativa, Duzu tem muitos filhos, em razão da nova profissão de prostituta, a qual lhe traz remuneração elevada, diferentemente da época em que viveu nas ruas e não tinha nem alimentação adequada nem um teto para morar. Na pesquisa, Duzu é maranhense, universitária, mulher, cis, preta e bissexual. Como no conto, Duzu é pássaro que voa.

Em Luamanda, a protagonista-título experiência, no conto do livro *Olhos d'água*, relações afetivas com outros corpos e questiona-se de modo pulsante sobre as significações do amor e a sua trajetória em cinco décadas de aprendizado intermitente sobre o seu estar no mundo. Na pesquisa, Luamanda é universitária, mulher, cis, branca e bissexual, de Quixeré, no interior do Ceará. Como no conto, Luamanda é apaixonada.

Cida é protagonista do conto *O cooper de Cida*, do livro *Olhos d'água*, o qual narra uma viagem de Cida às memórias da infância em sua cidade natal, comparando-a à vida atual, agitada, que a personagem leva na cidade, agora já adulta. Cida vivia sozinha em seu apartamento e todos os dias saía para correr no ritmo do *cooper*. Na pesquisa, Cida é universitária, mulher, cis, branca, bissexual, de Limoeiro do Norte, no interior do Ceará. Como no conto, Cida precisa de tempo para si.

Natalina é protagonista do conto *Quantos filhos Natalina teve?*, do livro *Olhos d'água*, narrativa que descreve a história de Natalina, do momento em que a personagem tem catorze anos até sua maioridade. Como o título já faz ver, Natalina tem alguns filhos ao longo de sua vida, mas de todos os quatro filhos que tem, apenas um, o último, ela considera como



só seu. Na pesquisa, Natalina é secundarista, mulher, cis, branca, pansexual, moradora do Grande Bom Jardim (GBJ), integrante do coletivo *Female Power*. Como no conto, Natalina é fronteira entre a vida e a morte.

Lumbiá, o protagonista-título de um dos contos do livro *Olhos d'água*, tem o desejo de visitar o presépio e ver de perto o Deus-menino na loja Casarão Iluminado. Na pesquisa, Lumbiá é secundarista, homem, cis, preto, bissexual, morador do Grande Bom Jardim (GBJ). Como no conto, Lumbiá é sonhador.

Zaita é a personagem do conto *Zaita esqueceu de guardar os brinquedos*, do livro *Olhos d'água*, o qual narra a história de uma criança favelada vítima da violência urbana, é irmã gêmea de Naíta, Zaita falava baixo e lento. Na pesquisa, Zaita, irmã gêmea de Naíta, é secundarista, mulher, cis, preta, bissexual, moradora do Grande Bom Jardim (GBJ), integrante do coletivo *Female Power*. Como no conto, Zaita tem nos modos um quê de doçura, de mistérios e de sofrimento.

Naíta é a personagem do conto *Zaita esqueceu de guardar os brinquedos*, do livro *Olhos d'água*, o qual narra a história de sua irmã gêmea, Zaita. Naíta falava alto e rápido. Na pesquisa, Naíta, irmã gêmea de Zaita, é secundarista, mulher, cis, preta, lésbica, poetisa, moradora do Grande Bom Jardim (GBJ), integrante do Coletivo *Female Power*. Como no conto, Naíta tinha um quê de dor.

Desse modo, é importante destacar que, no decorrer deste artigo, traremos a fala de Ana Davenga, Duzu-Querença, Luamanda, Cida, Natalina, Lumbiá, Zaita e Naíta a partir de suas escrevivências inscritas nos diários. Os registros escritos encarnaram vozes, construções e reflexões realizadas pelo grupo de pesquisadoras/es, pois que a escrevivência evoca um outro modo de narrar a pesquisa.

Foram realizados 23 encontros entre agosto de 2022 e setembro de 2023, majoritariamente presenciais – apenas três ocorreram no formato *online* –, todos gravados e transcritos. Os encontros de 2023 foram voltados para a formação de pesquisadoras/es, sendo feitas discussões com as/os bolsistas PIBIC-EM acerca das práticas de pesquisa, das bases epistemológicas, éticas e políticas de uma pesquisa com jovens, dos passos de uma pesquisa; discussões teóricas sobre gênero e sua relação com o cotidiano escolar, a escrevivência e a definição dos nossos objetivos e instrumentos de investigação. Já em 2024, voltamo-nos para a prática de produção de dados, no caso desta pesquisa, oficinas artísticas, a partir do que



produzimos um formulário *online* de inscrição o qual nos ajudou a identificar o perfil dos estudantes que participariam. Realizamos também a CURA(DOR)IA, nome dado ao seminário voltado para secundaristas da mesma escola com oficinas artísticas, e analisamos os dados produzidos.

A investigação apostou em duas ferramentas de produção de dados, os diários de campo e as oficinas artísticas. Neste estudo, aprofundaremos o uso dos diários, que foram chamados de diários-escrevíveis, realizados por todos aqueles que compuseram a equipe de pesquisadoras/es, e foram entendidos como possibilidade de estratégias de elaboração e atuação do/para/com campo através de um modo de narrar não-imparcial com tensionamentos, questionamentos, surpresas do campo errante da pesquisa, incidindo na escrita dos diários. Segundo Medrado *et al.* (2014), à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões, é produzido o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa, enquanto uma conjugação de fluxos de agenciamentos coletivos (Medrado *et al.*, 2014).

O uso destes diários-escrevíveis se fez no decorrer de um ano de pesquisa e se deu desde a confecção, passando pela escrita antes/durante/após os encontros do grupo de pesquisadoras/es e findando no compartilhamento do que foi colocado com os outros integrantes do grupo. Os diários-escrevíveis funcionaram como estratégia para registrar e escrever afetos e questões cotidianas, teóricas e vivenciais que foram despertadas durante os encontros, mobilizando também a construção de um saber a ser compartilhado. A utilização destes como manualidade dos afetos da pesquisa possibilitou visibilizar aspectos da implicação da equipe de pesquisadores/as com o campo. Nesta investigação, decidimos coletivamente fazer nosso caderno à mão, criar uma artesanaria já no suporte de nossas escrituras, cada linha que passa pela folha, cada folha de papel junta, cada capa ou contracapa foi feita por nossas mãos. Fizemos, assim, como Evaristo (2016, p. 101), que diz que “[...] Da fala escolhi que a palavra é um direito e um dom, muitos escolhem o silêncio para fabricar o esquecimento, o esquecimento também dá sentido à história, nós escolhemos escrever.” Tecer as linhas do papel foi um movimento concreto e físico do que a escritura acabou se tornando para nós. Rasgamos o papel com a linha, rasgamos uma



história que talvez não contasse de nós, reivindicamos os nossos papéis e histórias. Construímos de forma artesanal os nossos diários-escrevientes para podermos falar de nós.

**Figura 1:** Diários-escrevientes



Fonte: Arquivo pessoal

Diretamente aliançadas com a escrevivência de Evaristo, é a partir da convocação a escrever o mundo, torcê-lo, denunciá-lo, que expomos algumas páginas dos diários-escrevientes, escritos com palavras, imagens, rabiscos, criados ao longo da pesquisa. A análise de dados se deu a partir da criação de analisadores, que, de algum modo, narram a experiência e produzem acontecimentos que pedem passagem, funcionando aqui como pontos de criação de sentido, e não como reflexo de uma realidade que está posta (Rocha & Aguiar, 2003). Aposta-se em uma análise implicada também pela interseccionalidade, considerando-a como a “[...] conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177), sendo entendida como uma estratégia e uma atitude de análise.

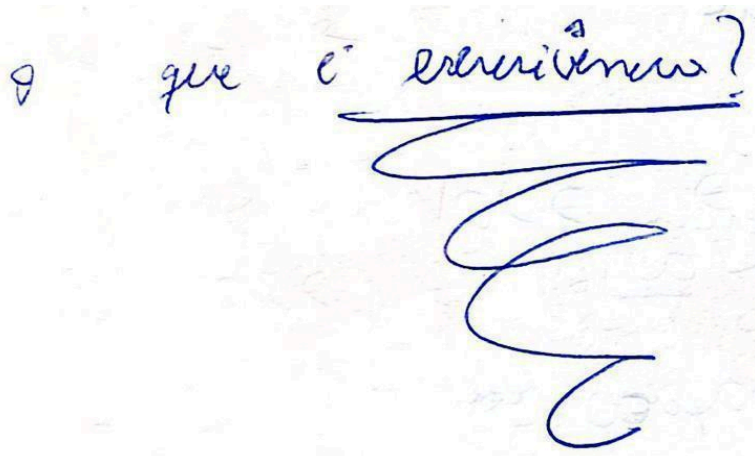
A viabilidade da execução dos procedimentos metodológicos desta pesquisa se insere no desenvolvimento da pesquisa guarda-chuva intitulada *Cartografia de práticas culturais periféricas do cotidiano de coletivos juvenis na cidade de Fortaleza*, submetida e aprovada



no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Ceará (UFC), com registro do CAAE 38817520.2.0000.5054 e parecer nº 4.470.814, e está de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, vale ressaltar que, nesta pesquisa, enquanto uma pesquisa-inter(in)venção, procurou-se apostar em metodologias, epistemologias e teorias que buscassem decolonizar a própria pesquisa, não fortalecendo assujeitamentos, discursos hegemônicos e não objetificando nossas/nossas interlocutoras/es.

### **Analisadores-escrevíveis: Resgate da fala, Denúncia, Desobediência epistêmica, Escrita de nós e Registro**

**Figura 2:** O que é escrevivência?



*Fonte:* Arquivo pessoal

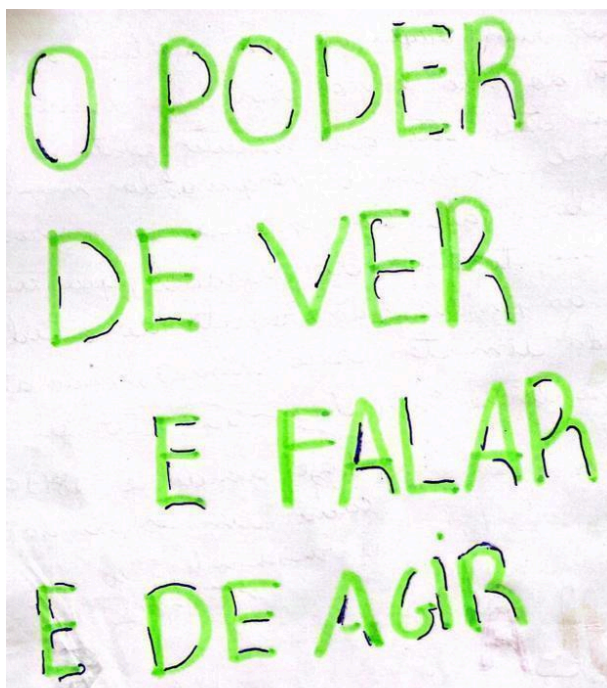
Como conceituado anteriormente, a escrevivência é a associação das palavras “escrever” e “viver” e tem, em sua concepção inicial, o ato de escrita/fala de mulheres negras, as quais tinham suas vozes sob o controle dos escravocratas. Nesse sentido, a escrevivência convoca ao resgate da escrita/fala, no que encontra anteparo nos corpos que compuseram a equipe de pesquisadoras/es, em sua maioria atravessados pelos dispositivos coloniais e necropolíticos, já que eram juventudes dissidentes de gênero e sexualidade, negros/as e periféricos/as. A escrevivência, conforme dito, nos convida a pensarmos no nosso lugar de fala/escrita, lugar esse que, por muito tempo, nos foi roubado; a assumirmos a potência de voz, de criação, de engenhosidade, que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. “E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a





nossa escrita não” (Evaristo, 2020, p. 18). Em um dos encontros da formação de pesquisadores/as, abordamos o tópico gênero, neste dia citamos a ideologia de gênero e as múltiplas violências de gênero. Natalina, então, coloca em seu diário-escreviente o poder de ver, falar e agir:

**Figura 3:** Folha do diário-escreviente de Natalina



*Fonte:* Arquivo pessoal

Como é bem sabido, a colonialidade é um dos elementos constitutivos da modernidade (Quijano, 2010; Pinto & Mignolo, 2015). Constitui-se como uma dimensão simbólica do colonialismo<sup>5</sup> que, a partir da criação de assimetrias de poder, mantém práticas e discursos sustentados pela naturalização de hierarquias raciais, territoriais, epistêmicas, de gênero e culturais que possibilitam relações de dominação entre povos (Quijano, 2010; Pinto & Mignolo, 2015; Lugones, 2014; Pereira, 2017; Tonial, Maheirie & Garcia Jr., 2017). Dessa forma, mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade possibilita a propagação e atualização da lógica de relação colonial entre grupos humanos, saberes, Estados-Nação e

---

<sup>5</sup> Colonialismo se caracteriza como o processo em que um povo (os colonizadores) subjuga, por meio da força política e/ou militar, um outro povo (os colonizados) de modo a garantir a exploração das riquezas e da força de trabalho da colônia (Quijano, 2010; Tonial, Maheirie & Garcia Jr., 2017).



assim por diante (Quijano, 2010; Pinto & Mignolo, 2015; Lugones, 2014; Pereira, 2017; Tonial, Maheirie & Garcia Jr., 2017).

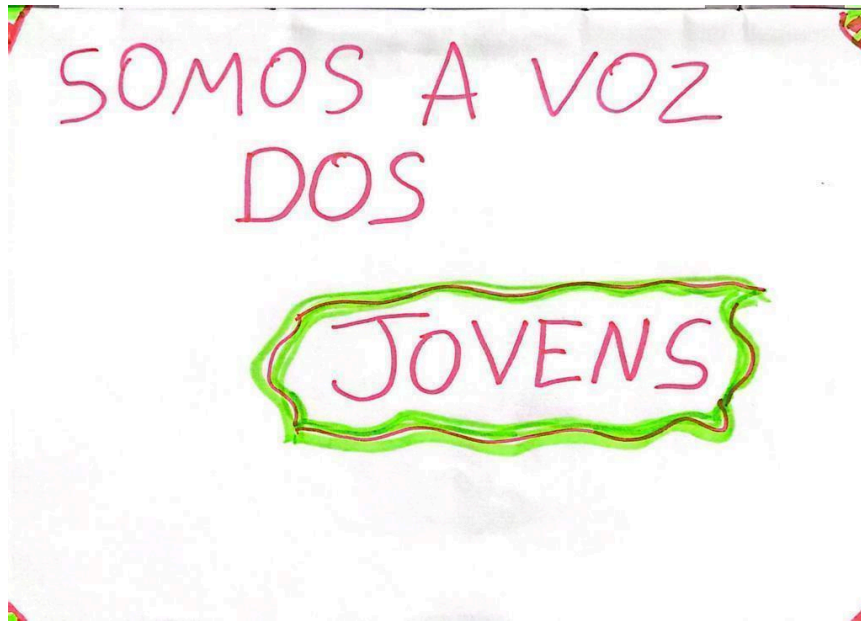
A colonialidade, como discurso que inventa, classifica e subalterniza o outro, perpassa os mais diversos campos da experiência humana, afetando a forma com que nos relacionamos, falamos e pensamos. Uma das maiores violências desse sistema-mundo, chamado moderno/colonial, é justamente o seu poder de naturalizar esse universo, baseado na verdade de um Sujeito único, enquanto inventa e subalterniza a existência do Outro e tudo que este produz. Por esse motivo, o pensamento colonial se configura como a base opressiva para pensarmos desigualdades de gênero, raça, sexualidade, classe e território, seja na dimensão do ser, seja na do poder, seja na do saber.

A colonialidade do ser, pensada inicialmente por Mignolo (2020) e depois por Maldonado-Torres (2010), refere-se a uma realidade criada pelo mundo moderno/colonial que inferioriza certos grupos sociais, destituindo-os da condição de humanidade, ou seja, torna-os não-humanos. Já a colonialidade do poder foi referida inicialmente por Quijano (2005) e diz respeito a uma imposição de um real que, fazendo uso da ideia de raça como instrumento de dominação, naturaliza a condição de inferioridade dos colonizados em relação aos colonizadores, criando uma estrutura de poder eurocêntrica que perdura até os dias atuais e perpassa todas as dimensões da vida humana.

Contudo, Crenshaw (2002) nos encaminha para uma reflexão sobre como a colonialidade está diretamente relacionada não só com a ideia de raça, mas também com a discriminação de gênero, que coloca as mulheres como seres naturalmente inferiores aos homens. Assim, quando falamos em violência colonial, tanto ela como Lugones (2008), que nos apresenta a noção de colonialidade de gênero, levam-nos a pensar na interseccionalidade entre os mais variados vetores de poder, como raça, classe, gênero e sexualidade, para entender que essa estrutura de subalternização do outro atravessa todas as vertentes de exclusão. Desse modo, a escrevivência convoca a uma ruptura decolonial, em que corpos que foram colocados à margem, corpos estes que não poderiam falar/escrever/ser, tomam de volta para si esse poder.



**Figura 4:** Folha do diário-escreviente de Natalina



Fonte: Arquivo pessoal

A folha do diário-escreviente acima foi escriturada após o *Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Formação em Direitos Humanos*, dispositivo inventivo que ocorre na região do Grande Bom Jardim (GBJ) para os/as estudantes das escolas públicas da periferia, em que discutem o que é ser jovem, ser “das áreas”, ser livre e ser jovem agente de paz. Outra questão analisadora é o lugar social das juventudes que a escrevivência da pesquisa evoca. Normalmente, este lugar é entendido como o de sujeitos que ainda estariam se preparando e se aprimorando para sua entrada na cena política. Nesse sentido, que é esperado é que, ao atingir a maioria (reconhecida pela sociedade), seja aos 16, seja aos 18, seja aos 21 anos, o jovem passe a se interessar e poder atuar de forma política. Tal maioria consistiria, em última análise, no momento em que os sujeitos teriam chegado ao patamar intelectual e psicológico ideal para entenderem a si, aos outros e ao mundo, sendo considerados, portanto, aptos a ingressar na sociedade democraticamente organizada, com suas regras, seus códigos e suas práticas (Pérez *et al.*, 2008). A juventude que compõe essa pesquisa confronta isso, pois é uma juventude que é voz. Em meio a tantos regimes de autorização discursiva sobre as



vozes, a juventude quer falar e, principalmente, ouvir-se e ser ouvida quanto à vida, à cidade, aos direitos humanos, à arte, ao corpo, ao gênero, à sexualidade, entre outros tantos temas. A escrevivência também aciona isso, pois a denúncia assume um lugar de enunciação desses/dessas jovens.

Segundo Conceição Evaristo (2020), seus escritos surgem a partir da sua experiência pessoal e da investigação do seu entorno, com um profundo incômodo e uma intensa revolta com as opressões que permeiam o cotidiano. A escrevivência de Conceição Evaristo tem um potencial denunciativo, enquanto escrita contaminada diz de uma experiência marginalizada, portanto escrever COM juventudes negras, dissidentes de gênero e sexualidade sobre suas experiências em uma escola na periferia de Fortaleza é denunciar as tramas violentas de extermínio aos nossos corpos, as quais são estruturadas por uma lógica necropolítica da precarização da vida (Mbembe, 2018; Butler, 2019). A categoria necropolítica se refere a uma tecnologia de poder que produz e gerencia os modos de morrer (Mbembe, 2018) e pode ter diferentes expressões, dentre as quais está não apenas o ato de matar, mas, também, o de deixar morrer. Escrever nas margens inspiradas por bell hooks<sup>6</sup> (2019) é romper a fronteira simbólica que demarca esses dois espaços, centro e margem, e impõe aos sujeitos que estão neste último o silenciamento, logo transgredir essa fronteira é romper esse silêncio imposto e desafiar o poder hegemônico, é, assim, exercer uma forma de resistência.

A escrevivência nasce da luta contra o racismo, a misoginia, o sexismo e o falocentrismo, ela desfaz e desconstrói uma história contada unilateralmente. No entanto, não se trata apenas de uma guerra contra o branqueamento e silenciamento da voz feminina, vai mais além, pois se trata da afirmação de um eu ficcional e real que ecoa das páginas do romance com grande habilidade escritural. Pode-se dizer que o estilo literário de Evaristo é construído de uma linguagem poética marcada pela raça, seus contos são sempre mediados pelas marcas, pelos respiros e pelas pegadas do corpo negro, principalmente o feminino. Nesse contexto, é evidente que ela escreve contra a hegemonia do cânone literário branco e do falocentrismo no Brasil, em uma escrita decolonial Percebe-se, na escrita de Evaristo, a importância dada à voz, aos sentimentos e às experiências, tanto coletivas quanto individuais, de um povo que foi e ainda é ignorado. Lumbiá, após ouvir a música *Triste, Louca ou Má*,

---

<sup>6</sup> A autora faz questão de afirmar que bell hooks deve ser escrito em letra minúscula, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.



cantada no *Festival das Juventudes: Arte, cultura e formação em direitos humanos*, coloca um trecho em seu diário-escrevível: “O homen não me define!”. A escrevivência é a possibilidade de recusarmos a definição normativa sobre nossos corpos.

**Figura 5:** Trecho do diário-escrevível de Lumbiá

O HOMEN NÃO ME  
DEFINE!

*Fonte:* Arquivo pessoal

A denúncia agencia-se na desobediência epistêmica, pois implica um processo de pensar-fazer decolonial libertador, no sentido de que liberta nossas mentes que “tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (Mignolo, 2008, p. 290). Assim, trata-se de aprender a desaprender os conceitos impostos pela colonialidade, como, por exemplo, as representações dadas às mulheres negras, e de reaprender/reescrever nossas histórias que outrora foram lançadas ao limbo (Mignolo, 2008). Como abordado no diário-escrevível de Fio Jasmim, trata-se de romper as definições dadas aos nossos corpos. É um processo de rompimento de estereótipo, uma vez que o olhar colonialista cria uma imagem depreciativa do colonizado que não condiz com a realidade. Essa imagem é reproduzida pela cultura hegemônica, por isso bell hooks (2013) defende que é necessário haver um discurso contra-hegemônico. Dessa maneira, afirma-se que pode sim o corpo mulher, negro, favelado, dissidente, pensar e escrever sua própria história. Nessa esteira, os manuscritos de mulheres negras se configuram como um artefato de guerra ao discurso colonizador, como possibilidade de imaginar a ruptura com esse mundo tal qual conhecemos, como uma perspectiva anticolonial (Mombaça, 2021). A escrevivência viabiliza que nós contemos nossas histórias e as histórias dos nossos não mais com o objetivo de recreação aos brancos e à branquitude, não mais soando como vozes torturadas, cujas línguas foram rompidas e se expressam em idiomas impostos, não mais tendo discursos impedidos, não mais (Evaristo, 2020; Kilomba, 2019).

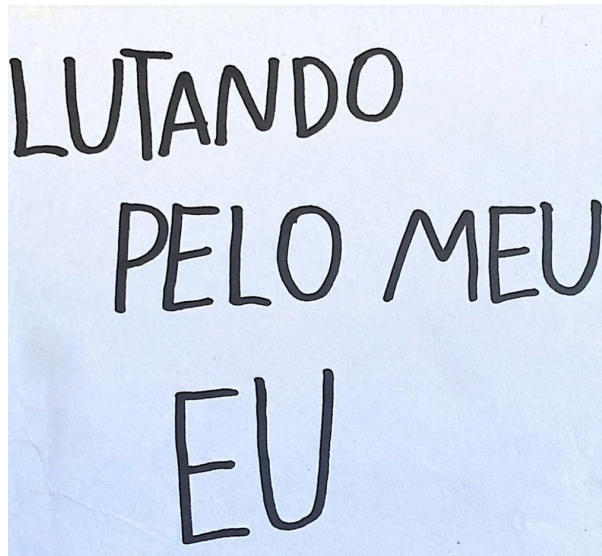


Como já dito anteriormente, a colonialidade do poder atravessa todos os campos da vida humana, fazendo-se não só física, mas também epistemológica. Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como “[...] uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos”. Dessa forma, cria-se uma estrutura de marginalização dos conhecimentos dos subalternizados, resultando na imposição de um real baseado na perspectiva do sujeito encarnado como universal. Esse seria apenas um dos mecanismos de manutenção do poder colonial, o qual se baseia em uma visão eurocêntrica, masculina, branca e cisheteronormativa para construir e legitimar epistemologias, impactando diretamente a produção do conhecimento ao negar o que é produzido por outros corpos e territorialidades.

A escrevivência também é uma desobediência epistêmica pensando nos corpos e saberes que são validados no contexto da produção de conhecimento. A universidade é institucionalmente um espaço de muros brancos – fazendo referência à noção de cubo branco teorizada por Grada Kilomba em sua obra *Ilusions vol.1. Narcissus and Echo* (2016), em que reflete a estrutura social construída pela branquitude, rompendo com a suposta neutralidade – desse modo, na universidade o privilégio de fala e escrita tem sido negado a corpos negros, femininos e LGBTQIAPN+. Segundo Kilomba (2019), o conhecimento e a ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Historicamente, neste espaço, nós somos descritas, objetificadas, classificadas, desumanizadas, primitivizadas e mortas. Dentro desses muros brancos, sempre estivemos na posição de objeto. A escrevivência aciona a possibilidade de sermos sujeitos, não mais objetos. Segundo hooks (2019, p. 42), “[...] sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias, de viver”. Essa passagem de objeto para sujeito marca a escrevivência como uma luta por eu. Em um dos nossos encontros do grupo de pesquisadoras/es, Natalina traz o exemplo de um filme a que assistiu, o qual lhe lembrou da nossa pesquisa, era a história de Valentina, que luta em sua escola para afirmar sua identidade trans. Natalina então coloca em seu diário-escreviente: “LUTANDO PELO MEU EU”.



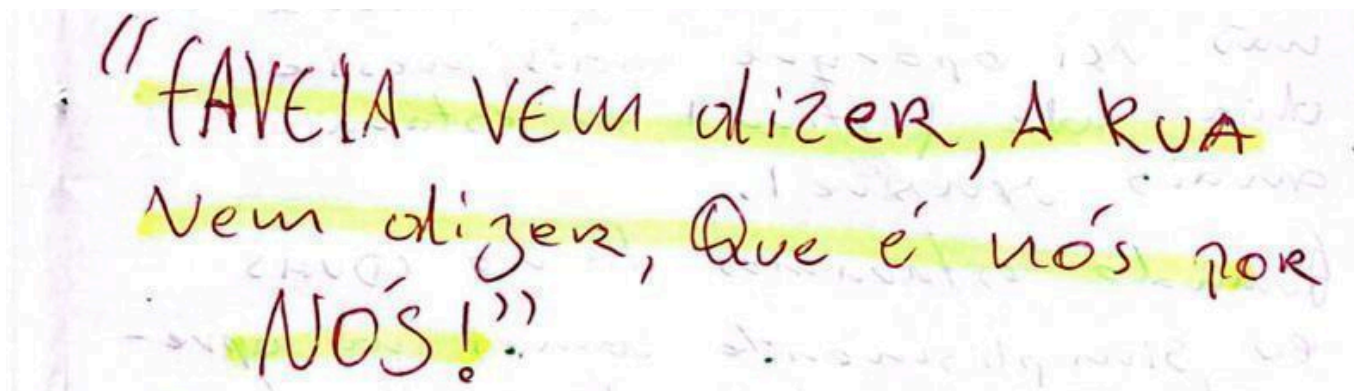
**Figura 6:** Folha do diário-escreviente de Natalina



Fonte: Arquivo pessoal

Outra implicação que Evaristo (2020) traz é que a escrevivência não se caracteriza como uma escrita de si, pois extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado, essencializado e pessoalizado. Na escrevivência, o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. A escrevivência convoca um calibre pessoal, coletivo, social e político, tudo isso junto em nós. Naíta escreve em seu diário-escreviente sobre o NÓS, após o *Festival das Juventudes: Arte, cultura e formação em direitos humanos*:

**Figura 7:** Trecho do diário-escreviente de Naíta

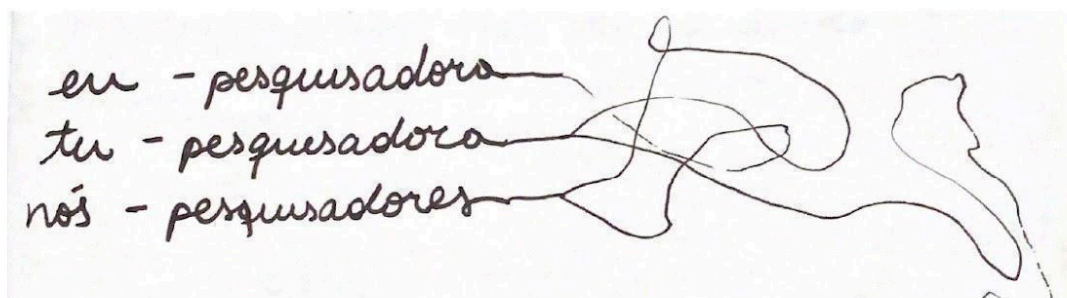


Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Conceição Evaristo (2020), ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso, em sendo uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade, a escrevivência extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado. Quem escreve assume o lugar de sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. A escrevivência é uma escrita de nós, constitui-se na nossa multiplicidade coletiva, conscientiza-nos de que somos capazes de escrever a nossa história e de que esta é agenciada a muitas vozes, corpos e mãos. A escrevivência agencia a produção de um comum, uma mobilização do poder coletivo heterogêneo de narrativas que em muito se diferenciam, mas que se potencializam com o que é comum. Butler (2018) coloca-se em consonância com a produção de alianças coletivas para o enfrentamento de contextos de opressão que minam a produção de resistências. Desse modo, a escrevivência carrega uma dimensão po(ética) ao propiciar que a autora assuma o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que aqui escreve, por meio de sua própria narrativa e voz, a história de um nós coletivo: um coletivo de pesquisadoras/es. Ana Davenga registra a formação desse nó(s) em um dos encontros de formação de pesquisadoras/es, em que discutimos Pesquisa-inter(in)venção e PesquisarCOM:

**Figura 8:** Trecho do diário-escreviente de Ana Davenga

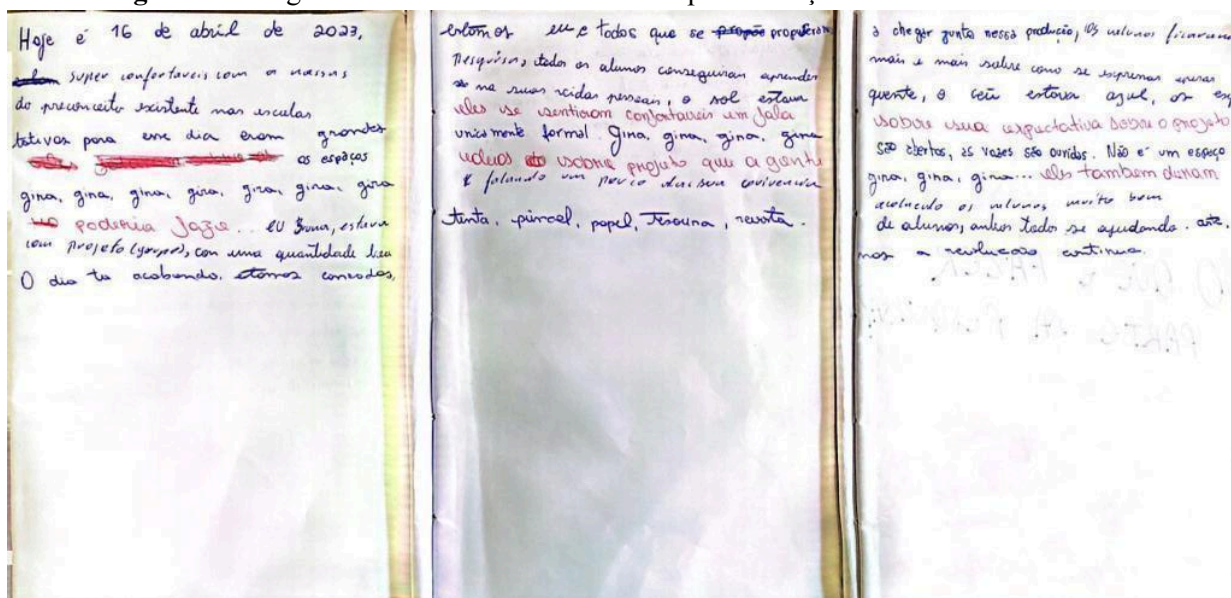




Fonte: Arquivo pessoal

Cada integrante da equipe de pesquisadoras/es tinha o seu diário-escrevível, mas um dia experimentamos pela primeira vez escrever nos diários-escrevíveis um dos outros. Experimentamos, fabulamos, sonhamos, ficcionamos, imaginamos, criamos essa escrevivência de nós. Fabular é, sobretudo, criar – tensionar os limites de possibilidades para dar forma a outras configurações de relações e espaços. A potência da imaginação presente na fabulação é uma potência realizadora. Fabular é assim multiplicar ao infinito as possibilidades (Held, 1980). Experimentar essa escrevivência de nós não se compromete com uma lógica, com uma linearidade, com uma congruência. Criamos a nossa realidade, criamos o nosso mundo, criamos a nossa escrevivência.

**Figura 9:** Colagem dos diários-escrevíveis: Experimentação da escrevivência em nós



Fonte: Arquivo pessoal

A escrevivência coletiva disse:



Hoje é 16 de abril de 2023, estamos eu e todos que se ~~propõe~~ propuseram a chegar junto nessa produção, os alunos ficaram super confortáveis com a nossa pesquisa, todos os alunos conseguiram aprender mais e mais sobre como se expressar apesar do preconceito existente nas escolas e nas suas vidas pessoais. O sol estava quente, o céu estava azul, as expectativas para esse dia eram grandes. Eles se sentiram confortáveis em falar sobre sua expectativa sobre o projeto. ~~Eles falaram sobre as~~. Os espaços são abertos, as vozes são ouvidas. Não é um espaço unicamente formal. Gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira, gira... Eles também deram ideias sobre projeto que a gente poderia fazer... eu, Naíta, estava acolhendo os alunos muito bem e falando um pouco da sua convivência com projeto (grupo), com uma quantidade boa de alunos, ambos todos se ajudando. arte. tinta, pincel, papel, tesoura, revista. O dia tá acabando, estamos cansadas, mas a revolução continua (Legenda da imagem acima).

A utilização dos diários escrevientes rompeu com o registro e a elaboração da pesquisa, era um registro da vida. O último analisador que a escrevivência acionou foi o de registrar.

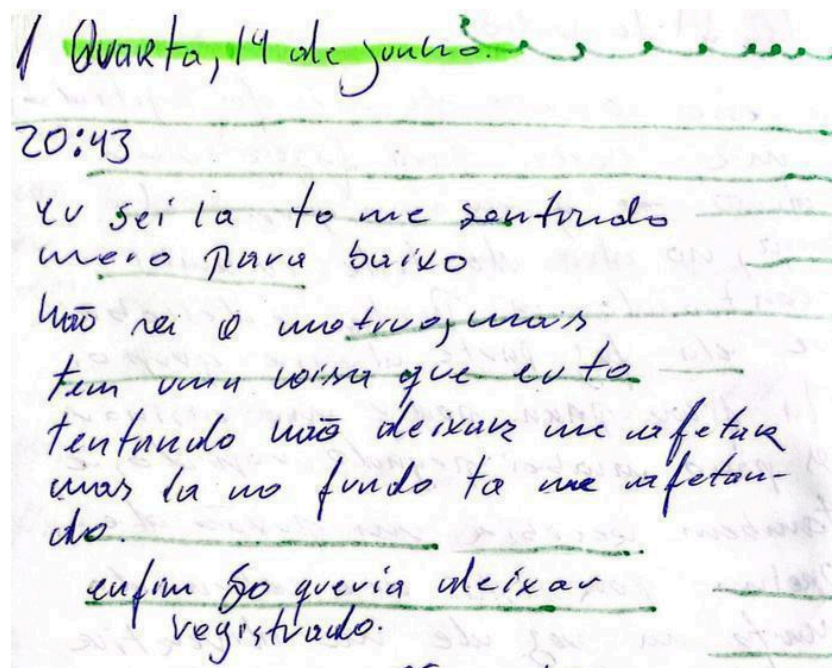
**Figura 10:** Capa do diário-escreviente de Zaita



Fonte: Arquivo pessoal

A palavra registro é percebida em diversos diários-escrevientes, não somente na capa de Zaita.

**Figura 11:** Capa do diário-escreviente de Naíta



Quarta, 14 de junho.  
20:43  
eu sei ia to me sentindo  
meio para baixo  
não sei @ momento mas  
tem uma coisa que eu to  
tentando não deixar me afetar  
mas tá no fundo tá me afetando.  
enfim só queria deixar  
registrado.

Fonte: Arquivo Pessoal

Naíta relata em seu diário-escreviente como ela estava se sentindo para baixo, é um relato feito em um dia qualquer do seu cotidiano, mais precisamente como ela mesma escreveu às 20:43 de uma quarta-feira, 14 de junho. No fim do seu relato ela coloca: “enfim Só queria deixar registrado”. O que é registrado? O que é deixar registrado? O que o diário-escreviente aciona que mobiliza o registro? O que estamos registrando? O que está sendo registrado? Nosso cotidiano. Nossa vida. Nossa história. Os diários-escrevientes funcionam como uma materialidade física e concreta de nós. Quais outros registros nós temos? Ou melhor, quais outros registros nós temos da forma como a gente queria ser registrado? Registros-escritos. Registros-escrevientes. Segundo Marques & Biondi (2016), a experiência narrativizada – escrita e organizada sob a forma de um relato de si – nos transforma, possibilitando novas aberturas e afetações. A descrição da experiência narrada toma um novo sentido, uma nova perspectiva, cria-se uma diferença. Para estes autores tal experiência ganha forma – estética, política, ética e poética – no gesto de registrar, constituindo um “[...] processo transformador que culmina em uma outra forma de ser – ou em um vir a ser – e, por isso mesmo, elas promovem o confronto entre diferentes quadros de sentido, desencadeiam rupturas nos processos rotinizados” (Marques & Biondi, 2016, p. 166). Há possibilidades de pequenos deslocamentos a partir da memória colocada em movimento.

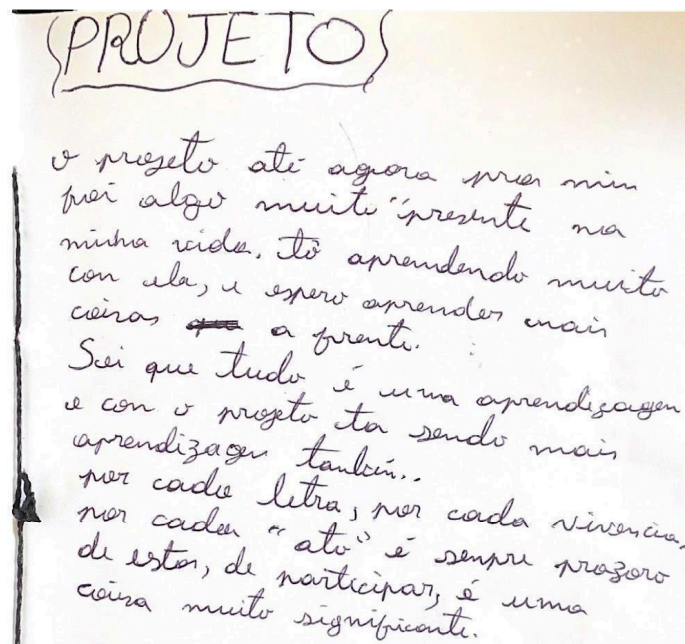


Deixar registrado é construir memória, esse lugar de inscrições que restitui uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção (Gonzalez, 2018). Deixar registrado é construir uma contranarrativa que desafia o modo como somos costumeiramente registradas. Deixar registrado é um recado. Deixar registrado é construir possibilidade. Deixar registrado é produzir vida.

### Considerações finais

Diante do exposto, orientados pelas proposições epistemológicas do feminismo negro e decolonial, lançamos a aposta ético-metodológica da escrevivência numa pesquisa COM jovens, a qual inegavelmente contribuiu para as reflexões aqui desenvolvidas, possibilitando a experimentação de um devir-pesquisadora, onde há uma partilha da agência da pesquisa. Inter(in)ventamos um modo de pensar/fazer pesquisa em que o sujeito que pesquisa é um coletivo, formado por corpos historicamente marginalizados e silenciados, que aqui podem pesquisar, produzir conhecimento, escrever.

**Figura 12:** Folha do diário-escreviente de Natalina



Fonte: Arquivo pessoal



A imagem acima é a última folha do diário-escrevível de Natalina, após pedirmos para cada um despedir-se da pesquisa, despedir-se do diário-escrevível. “Por cada letra, por cada vivência”. Letra-vivência. Escrevivência. Podemos, então, dizer que o que Conceição Evaristo nos ensina com suas escrevivências é dar atenção a contar as histórias do dia-a-dia, uma viagem ao encontro de sua mãe, um sonho de uma menina, o abraço de uma criança. A escrevivência, esta aposta em escrever, desenhar, pintar, rabiscar sobre nossa vivência, foi o que possibilitou pensar gênero no cotidiano escolar. Em nossas escrevivências, estão nossas cotidianas vivências de gênero na escola.

A escrevivência mobilizou o potencial afirmativo de que podem os corpos marginalizados experimentarem esse campo da escrita que, por muitas vezes, foi negado. Dessa forma, a escrevivência viabilizou uma forma possível de os jovens contarem suas histórias, histórias essas em contraposição ao colonialismo. Foi assim uma forma de “[...] estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc.” (Rocha & Aguiar, 2007, p. 656), analisar a instituição é combater o reducionismo, a naturalização e estar comprometido com a transformação, e com as práticas e linhas de resistência que insurgem também nesta.

Cabe ainda salientar que é nosso interesse contribuir com as forças que se erguem contra as históricas formas de opressão e violência que sofrem os corpos dissidentes e negres, bem como, coletivamente, criar espaços de criatividade e potência, em ressonância as já existentes expressões de resistências experimentadas nesses corpos. Dessa forma, este artigo não pretende esgotar ou encerrar este debate, mas, em diálogo com outros estudos que também pesquisam as potencialidades da escrevivência, abrir possibilidades de reflexão e análise sobre as contribuições de Conceição Evaristo para o campo das pesquisas participativas com juventudes. Como indicação para estudos futuros, espera-se que estes possam cartografar, acompanhar e construir diferentes investigações acionadas pela escrevivência em diferentes contextos, com diferentes juventudes, inventando e criando outras escrevivências.

## Referências

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.



Appadurai, Arjun. The right to Research. **Globalisation: Societies and Education**, v. 4, n. 2, 2006.

Brasil. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Butler, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

Castro, Priscila Rodrigues de. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 459-469. 2020.

Castro, Lucia Rabello. de & Menezes, Jaileila. de. A. A economia 'psíquica' importa? Descolonização e elementos subjetivos de re-inscrição social. **Revista Polis e Psique**, v. 10, n. 1, 2020.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC EM**. Brasília, 2006.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Costa, Érica Atem Gonçalves de Araújo & Barros, João Paulo Pereira. Intergeracionalidades em análise: (re)composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter(in)venções com crianças e adultos. **Revista Desidades**, n. 28, 2020.

Crenshaw, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002.

Duarte, Constância Lima & Nunes, Isabella Rosado. (Orgs.). **Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Evaristo, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: Moreira, Nadilza M. de Barros & Schneider, Liane (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia/Ed.UFPB, 2005. p. 218-229.

Evaristo, Conceição. **Histórias de leves enganos e parencas**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

Evaristo, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.



Evaristo, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. *In*: Duarte, Constância Lima & Nunes, Isabella Rosado. (Orgs.). **Escrivência** - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-48.

Evaristo, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

Gazeta do Povo. “**O que elegeu Bolsonaro não foram os militares, foi a ideologia**”, diz Damares Alves. Entrevista a Renan Barbosa. Gazeta do Povo [online], 8 de março de 2019.

Gomes Filho, Antônio dos Santos; Nunes, Larissa Ferreira & Lavor Filho, Tadeu Lucas de. A escrivência do corpo na composição experiências dissidentes de gênero decoloniais. **Revista Bagoas - Estudos gays: gênero e sexualidades**, v. 14, n. 22, 2021.

Gonzalez, Lélia. **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: Filhos da África, 2018.

Haraway, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

Held, Jacqueline. **O imaginário no poder**: as crianças e a literatura fantástica. São Paulo: Summus. 1980.

Herckert, Ana Lúcia Coelho & Passos, Eduardo. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. *In*: Barros, Maria Elisabeth Barros; Carvalho, Sérgio Resende & Ferigato, Sabrina. (Org.). **Conexões**: saúde coletiva e políticas de subjetividade. 198 Ed. - São Paulo: HUCITEC, 2009. p. 376-393.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes. 2013.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva. 2019.

Kilomba, Grada. Ilusões Narciso e Eco - Vol. I. *In*: Desobediências Poéticas. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo. 2016.

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

Louro, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3 Ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 7-34.

Lugones, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-102. 2008.

Lugones, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.



Maldonado-Torres, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *In*: Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Almedina, 2010. p. 337-382.

Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque; Coelho, Fernanda Marina Feitosa & Dias, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Revista Eletrônica Correlatio** v. 17, n. 2. p. 65-90, 2018.

Marques, Ângela & Biondi, Angie. A vítima enunciada em redes: O dissenso como experiência estética. *In*: Mendonça, Carlos; Duarte, Eduardo, & Cardoso Filho, Jorge. (Orgs.), **Comunicação e sensibilidade: Pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. p. 165-188.

Mbembe, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições. 2018.

Medrado, Benedito, Spink, Mary Jane & Mélo, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: Spink, Mary Jane; Brigagão, Jaqueline; Nascimento, Vanda Lúcia Vitoriano & Cordeiro, Mariana Prioli. (Org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

Menezes, Jaileila; Colaço, Veriana & Adrião, Karla. Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção com Jovens. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 8-17, 2018.

Miguel, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021.

Mignolo, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *In*: **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

Mignolo, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

Miranda, Luciana Lobo; Souza Filho, José Alves; Oliveira, Priscila Sanches Nery & Sousa, Suzana Kérzia Rocha Bezerra Sousa. A relação Universidade-Escola na formação de professores: Reflexões de uma pesquisa-intervenção. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 301-315, 2018.

Miranda, Luciana Lobo; Lavor Filho, Tadeu Lucas; Souza Filho, José Alves; Gonçalves, Lara Thayse; Bezerra, Thalia Araújo & Feitosa, Gabrielle Lima. Como quebrar os padrões sociais? O racismo no cotidiano de jovens pesquisadores. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 40, Número Especial, p. 1-16. 2020.





Mombaça, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

Moraes, Márcia. Do pesquisarCOM ou de Tecer e Destecer fronteiras. *In*: Bernardes, Anita Guazzelli; Tavares, Gilead & Moraes, Márcia. **Cartas para pensar**: políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EdUFES. 2014.

Moreira, Núbia. **Movimento feminista negro no Brasil**. Campinas: Café Filosófico CPFL, 2016. 1 vídeo (48 min), son., color.

Palú, Janete & Petry, Oto João. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Praxis educativa**, v. 15, e2015317, 2020.

Pereira, Edur Dias Augusto. Resistência descolonial: estratégias e táticas territoriais. **Terra Livre**, v. 2, n. 43, p. 17-55, 2017.

Pérez, Beatriz Corsino; Póvoa, Juliana; Monteiro, Renata & Castro, Lucia Rabello de. Cidadania e participação social: Um estudo com crianças no Rio de Janeiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 181-191, 2008.

Pinto, Júlio Roberto de Souza & Mignolo, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

Plano Estadual de Educação. **Diário Oficial do Estado**. Lei Estadual No16.025, 30/05/2016, Ceará, 2016.

Schibelinski, Diego. Isso é coisa do capeta!”: O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Revista Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 15-38. 2020.

Silva, Joasey. Pollyanna Andrade da; Carmo, Valter Moura do & Ramos, Ramos, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n.1, 2021.

Soares, Lissandra Vieira & Machado, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. 1, n. 39, p. 203-219. 2017.

Soares, Mayara Ruth Nishiyama; Miranda, Luciana Lobo Miranda; Barros, Antônio Marlon Coutinho; Gonçalves, Shirley Dias; Barros, Emanuele Eulália da Silva; Gonçalves, Lara Thayse de Lima; Fontenele, Luciana Queiroz; Miranda, Luisa Maria Freire; Lavor Filho, Tadeu Lucas de & Feitosa, Gabrielle Lima. (Des)continuidades do fazer pesquisa de iniciação científica - ensino médio em tempos de pandemia de Covid-19. *In*: Gomes Filho, Antônio dos Santos; Ribeiro, Isabela Bezerra; Lavor Filho, Tadeu Lucas de & Pacheco, Maria Eniana de Araújo Gomes (Org.) **Debates contemporâneos em psicologia**. Iguatu: Quipá Editora, 2021. p. 19-30.



Souza, Donaldo Bello de & Menezes, Janaína Specht da Silva. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, 2017.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: Santos, Boaventura Sousa & Menezes, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Almedina, 2010. p. 73-118.

Rocha, Marisa Lopes da & Aguiar, Kátia Faria de. Pesquisa-intervenção e a Produção de novas análises. **Revista Psicologia Ciência e Profissão do CFP**, n. 4, p. 64-73. 2003.

Rocha, Marisa Lopes da & Aguiar, Kátia Faria de. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa Intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 648-663. 2007.

Rodrigues, Jéssica da Silva. **Mães da periferia entre luta e luto: práticas de resistência e cuidado de mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as no Ceará.** Tese (Doutorado em Psicologia), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2022.

Tonial, Felipe Augusto Leques; Maheirie, Kátia & Garcia Jr., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

Uol. **Bolsonaro fala em combater ideologia de gênero.** Uol Notícias, 01 de janeiro de 2019.

Zirbel, Ilze. Ondas do feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas. **Mulheres na filosofia**, v. 7, n. 2. 2021.

Submetido em: 12 de março de 2024

Avaliado em: 15 de abril de 2024

Aceito em: 10 de maio de 2024